

**Gestão pública: adversidades e desafios em parques estaduais de Minas Gerais****Public management: adversities and challenges in state parks of Minas Gerais**

Recebimento dos originais: 15/04/2018

Aceitação para publicação: 23/05/2018

**Adriana Barreto Lima Miranda**

Doutora em Engenharia Florestal pela Universidade federal de Lavras (UFLA)  
Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - FACC, Campus da UFJF  
Endereço: José Lourenço Kelmer, Bairro Martelos, Juiz de Fora – MG, Brasil  
E-mail: adriana.miranda@facc.ufjf.br

**José Luiz Pereira Rezende**

Doutor e Pós-Doutor Em Economia Florestal pela University of Toronto  
Instituição: Universidade Federal de Lavras (UFLA) - DCF  
Endereço: Av. Doutor Sylvio Menicucci, 1001 - Aqueita Sol, Lavras – MG, Brasil  
E-mail: jprezen@dcf.ufla.br

**Joel Egas Miranda**

Graduado em Direito pela Faculdade do Sudeste Mineiro (FACSUM)  
Instituição: Faculdade do Sudeste Mineiro (FACSUM)  
Endereço: Av. Presidente Itamar Franco, 3180 - São Mateus, Juiz de Fora – MG, Brasil  
E-mail: jegas70@sapo.pt

**Rafaela Vidal Ambrósio**

Mestre em Engenharia Florestal pela Universidade de Lavras (UFLA)  
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG  
Endereço: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte – MG, Brasil  
E-mail: rv.ambrosio@yahoo.com.br

**RESUMO**

Este trabalho teve por objetivo, identificar as adversidades que ocorrem nas unidades de conservação e fornecer com informações para sustentar contribuições à gestão pública em áreas protegidas. Consistiu a metodologia deste trabalho em delineamento da pesquisa qualitativa, junto aplicação do roteiro de entrevistas com os 38 gestores dos respectivos parques estaduais e aproveitamento dos questionários com turistas e comunidades do entorno. A análise dos dados realizada ocorreu por meio do conteúdo coletado por entrevistados e observação direta em pesquisa de campo, utilizando-se também, a técnica da matriz SWOT. Conclui-se que os impactos negativos são permanentes e preocupantes; as práticas gerenciais não atendem satisfatoriamente ao controle efetivo dos problemas ambientais, mesmo com uso do Plano de Manejo. Os gestores sugerem mudanças efetivas no controle dos Parques para solucionar as dificuldades nas condições de

trabalho, tais como: qualificação funcional, efetivo controle territorial e conflitos com comunidades do entorno em prol da conservação.

**Palavras-chave:** área protegida; gestão pública; problemas ambientais; comunidade de entorno.

## ABSTRACT

The objective of this work was to identify the adversities that occur in conservation units and provide information to support contributions to public management in protected areas. The methodology of this work was based on a qualitative research design, along with the application of interviews with the 38 managers of the respective state parks and use of the questionnaires with tourists and surrounding communities. The data analysis was performed through the content collected by interviewees and direct observation in field research, using also the SWOT matrix technique. We conclude that the negative impacts are permanent and worrying; management practices do not satisfactorily meet the effective control of environmental problems, even with the use of the Management Plan. The managers suggest effective changes in the control of the Parks to solve the difficulties in working conditions, such as: functional qualification, effective territorial control and conflicts with surrounding communities in favor of conservation.

**Keywords:** protected area; public administration; environmental problems; community.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento como economia sustentável é o cerne dentre as adversidades enfrentadas na gestão pública, principalmente, em uma sociedade que aspira à manutenção da vida e à construção da prosperidade. No entanto, a realidade exhibe em todas as suas interfaces, desde as ambientais, sociais, culturais aos interesses políticos e econômicos, que por vezes, apresentam-se com objetivos desordenados à luz do desenvolvimento sob o viés da sustentabilidade. Historicamente, são questionáveis, posto que, para atingir tal feito é preciso admitir que o desenvolvimento encontra-se sujeito condicionalmente às leis da natureza.

A integração responsável entre natureza, economia e sociedade parece conflituosa por estar diretamente vinculada à questão de como conciliar a produção econômica crescente em prol de uma sociedade com os limites impostos pelas leis naturais da biosfera, ou seja, a observância do uso desordenado e compulsivo dos recursos naturais.

Diante deste fato, a criação de unidades de conservação surge como uma alternativa para a conservação dos recursos que a natureza disponibiliza para todos os seres e, fundamentalmente, para a humanidade. A natureza é frágil e, sequentemente, o surgimento dessas unidades promove o uso responsável dos recursos naturais e a preservação de água, plantas medicinais e demais matérias-primas, além da vida animal, justificando a manutenção de espaços, bem como de mitos e acontecimentos históricos. Representa, ainda, uma forma de regulação do acesso a determinadas áreas que são consideradas especiais (MILLER, 1997).

A regulação do espaço territorial é um instrumento com base legal que tem por objetivo conservar a biodiversidade e ampliar o conhecimento sobre as comunidades florísticas e faunísticas, especialmente as ameaçadas de extinção (FONSECA et al. 2010). A intenção é limitar o uso dos recursos naturais em relação aos direitos ilimitados do homem sobre a natureza (DIEGUES, 1992).

Nesta ótica, os impactos ambientais se tornam inevitáveis mediante o uso da natureza, considerados por vezes, necessários na visão empresarial a favor da economia. No Brasil, a situação não é diferente da que se observa no mundo; os impactos são visíveis tornando-se indispensável, ações reguladoras e coercitivas para amenizar a continuidade dos prejuízos causados ao meio ambiente.

Neste intento de salvaguardar o sistema ambiental, as unidades de conservação são criadas para atender à conservação da biodiversidade e, conseqüentemente, de áreas consideradas ecologicamente relevantes. Como referência no Brasil, os instrumentos legais são legitimados pela Constituição Federal (1988) art. 225, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a Lei n. 9605/1998 sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, além de demais instrumentos, como convenções, resoluções e decretos destinados à conservação da biodiversidade (ICMBIO, 2012).

A regulamentação das áreas protegidas se dá conforme a Lei n. 9985/2000, pelo art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000; 2006), estabelecendo critérios e normas para a criação, a elaboração e a gestão das mesmas. Quanto à categorização, as unidades de conservação, de acordo com o SNUC dividem-se em áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável. Na categoria de proteção integral estão inseridos os parques estaduais, objeto deste estudo, cujo objetivo é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais.

A despeito do marco legal que trata das diretrizes para a criação das unidades federais, estaduais ou municipais, na prática, grande parte das atuais demandas ocorrentes no processo de criação está relacionada ao interesse e à manifestação da sociedade civil, da comunidade científica e de órgãos públicos, sensibilizados pela necessidade de estabelecer mecanismos mais robustos para a proteção ao patrimônio natural brasileiro (ICMBio, 2012).

Avaliando o atendimento dos mecanismos de proteção, são realizados estudos técnicos para determinar a escolha a ser adotada para o estabelecimento da categoria e limites adequados às unidades de conservação. Neste processo, elaboram-se relatórios com ênfase no meio natural (físico

e biótico), socioeconômico, cultural e fundiário, podendo ser a análise diferenciada de acordo com as particularidades encontradas em cada proposta (ICMbio, 2012).

O trabalho sucede de estudos com a elaboração de um diagnóstico para basear relatórios resultantes da vistoria em campo, levando-se em consideração as observâncias das populações tradicionais do entorno para efetivar a proposta de criação da unidade de conservação. (ICMbio, 2012). Demonstra-se que as propostas apresentadas podem ser consideradas um avanço para o conhecimento do meio natural, das condições socioeconômicas da população tradicional e para a promoção da conservação da natureza, embora não se possa garantir efetivamente a dissolução dos impactos gerados, porém, sendo possível minimizá-los.

Portanto, este trabalho foi realizado com o objetivo de identificar as adversidades que ocorrem nas unidades de conservação e contribuir com informações para sustentar contribuições à gestão pública. Especificamente, o trabalho objetivou-se identificar e analisar os problemas ocorrentes na gestão das unidades de conservação, com ênfase nos parques estaduais em Minas Gerais e apresentar propostas para minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente via ações mitigadoras e, conseqüentemente, aperfeiçoar no tocante a gestão das unidades de conservação em relação às comunidades de entorno com ações efetivas voltadas para os impactos de caráter prático.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os descaminhos assistidos na abordagem do meio ambiente são frutos geralmente da inexistência de uma postura empática, principalmente pelo uso e alocação dos recursos ambientais voltados para o cunho econômico, em aferir lucros e aumentar a capacidade produtiva. Compreende nesta visão, que a ininterrupção da existência dos mesmos é o desejável, para permanentemente atender a economia. Na realidade não se demonstra a ininterrupção dos recursos ambientais existentes, e para manter a sustentabilidade, a delimitação de espaços especiais se fez necessária.

Como solução para o problema, aprimorou-se a fronteira de limitar as ações humanas no uso ilimitado dos recursos, com a criação de áreas protegidas. Segundo Miller (1997, p. 2): A delimitação de áreas com vistas à preservação de seus atributos naturais evoluiu ao longo da história a partir de suas raízes em atos e práticas das primeiras sociedades humanas. As necessidades de uso imediato e futuro dos recursos envolvendo animais, água pura, plantas medicinais e outras matérias-primas, justificavam a manutenção desses sítios, além de se constituírem em espaços de preservação de mitos e ocorrências históricas. Tabus, éditos reais e mecanismos sociais comunitários funcionavam e ainda funcionam em muitos casos, como reguladores do acesso e uso dessas áreas especiais.

A criação de áreas especiais conforme Oliveira (1999) iniciou-se nas primeiras sociedades pelo mundo com a criação de reserva de caça e leis de proteção em 5000 a.C. no Irã. Os primeiros parques constituídos emergiram na Assíria e Babilônia, provavelmente, pela escassez de animais necessários à satisfação da população, enquanto que no Ocidente como a antiga Roma e Europa Medieval destinavam limitações de uso de determinadas áreas, consideradas também especiais, para proteger certas espécies e aprovisionar a realeza e aristocracia.

Na Inglaterra existem registros sobre a existência dessas áreas já nos tempos da invasão Saxônica, em 1066 (BENNET, 1983). Na Suíça, em 1569, foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu e no séc. XVIII, a França criou Parques Reais, que chegaram a ser abertos ao público. Na Inglaterra, séc. XIX foram criadas reservas conhecidas como “Forest”, que ocuparam parte significativa do território inglês e eram destinadas à caça (VALLEJO, 2003, p. 3). A partir do século XVIII na Inglaterra, segundo Vallejo (2003) após o acontecimento da revolução industrial, os países industrializados sentiram os efeitos profundos das crises sociais e ambientais que se sobrepujavam a evolução produtiva.

Sérias consequências surgiram comprometendo a qualidade de vida das pessoas, dando início a movimentos ambientalistas com a proposição de modificar esta realidade. No final do século XIX com quase total extermínio das comunidades indígenas e expansão de suas fronteiras, criou-se o primeiro parque da vida selvagem, propondo-se reservar áreas naturais como forma de compensar a expulsão das populações tradicionais de seu território e a extinção dos povos que viviam em contato harmônico com a natureza. Este modelo americano se estendeu pelo mundo “numa perspectiva dicotômica entre povos e parques” (VALLEJO, 2003, p. 3). Os países industrializados europeus viviam a mesma situação dos americanos, ou seja, provocaram igualmente graves impactos ao meio ambiente em prol do crescimento econômico, aspirando à qualidade de vida. Consequentemente criaram áreas protegidas como parques que seguiram o modelo do primeiro parque, chamado de Yellowstone nos EUA.

Como resultado histórico, posteriormente, outras motivações como a conservação da biodiversidade para a manutenção da vida. A criação das unidades de conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (desterritorialização das espécies da flora e fauna). Entretanto, esse processo tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais (tradicionais ou não) em várias partes do mundo (VALLEJO, 2003, p. 4).

Os conflitos geraram pressões externas e internas que contribuiriam pela criação de áreas protegidas, como uma possibilidade de solução dos problemas ambientais e consagrando com o

tempo, como forma de conservação da biodiversidade, ampliando o conhecimento das comunidades florísticas e faunísticas e a manutenção da vida especialmente, as comunidades que são ameaçadas de extinção, o que implica diretamente na manutenção destes recursos. (FONSECA; PINTO; RYLANDS, 1997).

Desde o descobrimento do Brasil até o século XX, o primeiro momento histórico da legislação ambiental brasileira, é considerada por Farias (2007) como fase fragmentária. Nesta fase, não havia efetivamente a preocupação com a questão ambiental, mas sim alguns dispositivos protetores destinados a resguardar determinados recursos ambientais para o uso do homem (FARIAS 2007).

O primeiro código criminal de 1830 em que se tipificou o corte ilegal da madeira como crime é a Lei n. 601/1850 discriminando o uso do solo referente a ilícitos desmatamentos, extensiva aos incêndios criminosos florestais. Era uma forma embrionária por se tutelar os recursos ambientais. Marcou o Estado Brasileiro nesta fase “o estabelecimento do controle federal sobre o uso e ocupação do território e de seus recursos naturais, considerando uma atmosfera de disputa entre o governo central e as forças políticas e econômicas de diferentes unidades da Federação” (FARIA, 2007, p. 27).

A partir da década de 60 começa a segunda etapa da fase setorial, que é marcada pela edição de normas com maiores referências às questões ambientais propriamente ditas do que as da fase anterior. Entre os textos legislativos mais importantes se destacam o Estatuto da Terra ou Lei nº 4.504/64, o Código Florestal ou Lei nº 4.771/65, a Lei de Proteção à Fauna ou Lei nº 5.197/67, o Código de Pesca ou Decreto-lei nº 221/67 e o Código de Mineração ou Decreto lei nº 227/67 (FARIAS, 2007, p. 27-28). Com o crescimento do ambientalismo no Brasil, especialmente a partir da segunda metade da década de 80, abriram-se portas para discussões em meios acadêmicos sobre a hegemonia do homem em relação à natureza.

Os movimentos que decorriam em defesa da natureza discordavam da premissa do homem se sobrepôr a ela. Novos movimentos pelo mundo sugerem a ser mais difundido nas populações urbanas e de classe média, o que não se pode negar, a sua importância na ampliação da cultura ambientalista nacional (PÁDUA, 1987). Como decorrência, trouxe um avanço considerável para ampliar as políticas públicas ambientais no país.

Complementa esta visão de conscientização pública, conceituando política pela esfera da gestão como uma orientação dos processos coordenados e articulados independentes das diferentes finalidades. Política é uma ação planejada do governo que visa, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade. Esta definição, agregando diferentes ações governamentais introduz a ideia de planejamento, de ações coordenadas. Entretanto, as ações das políticas públicas são

realizadas por diferentes organismos governamentais, nem sempre articuladas entre si (VIANA JÚNIOR, 1994, p. 16).

Para Philippi Junior e Maglio (2005, p. 217) reforça este pensamento, “política é a definição de objetivos e princípios, articulados e integrados, que orienta a ação concreta por meio de programas, leis, regulamentos e decisões, e dos métodos a serem utilizados para sua implementação por parte de um governo, instituição ou grupo social”. Para sua efetividade, é indispensável consolidar interação entre formuladores, operacionalizadores e o público alvo para a obtenção do êxito da política (HOOPE; GRAAF; DIJK, 1985).

Compreendendo a finalidade de se obter resultados na política, a formulação da mesma advém sob diversos aspectos: processos dinâmicos entre atores e instituições, tomada de decisão, etapas de formulação, avaliação e implementação de projetos e outros componentes não menos relevantes (SILVERWOOD-COPE, 2005).

Dentre as políticas destinadas às unidades de conservação, o SNUC é considerado um grande salto em prol da conservação da biodiversidade no país. Com efeito, a formulação e orientação para gerir áreas destinadas à proteção, o SNUC estabeleceu, um conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais para melhor delegar responsabilidades e exercer controle na gestão das unidades. É um sistema composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos se distinguem quanto à forma de proteção e aos usos permitidos, ou seja, áreas que necessitam de atenção especial, pela sua fragilidade e particularidades, e áreas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo, assegurando que as “amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representados no território nacional e nas águas jurisdicionais” (BRASIL, 2010).

No Brasil, a pressão da globalização forçosamente levou a mudança comportamental nas organizações e instituições. A preocupação com o meio ambiente passou a vigorar nos eixos social e econômico favorecendo um salto na criação de áreas protegidas a partir da década de 80 até os dias atuais. A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII estabelecendo “critérios e normas para criação, elaboração e gestão das unidades de conservação - UCs” (BRASIL, 1988), a definição de área protegida passou a se consistir como: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 1988).

Para o estabelecimento de área protegida é realizado por estudos técnicos e consulta pública com a finalidade de identificar a localização a qual se destinará a relevância ecológica, dimensão e

limites. Em casos que se referem à desapropriação de eventuais áreas particulares, que se encontrem nestas áreas determinadas para proteção, os proprietários devem ser indenizados e geralmente os conflitos sociais são recorrentes (TEIXEIRA, 2010).

É um desafio atender aos diversos interesses em prol de soluções quanto às adversidades encontradas no processo. Algumas medidas são adotadas durante e após a criação destas áreas, de acordo com o Instituto Chico Mendes (ICMBio, 2012): a) A elaboração de um plano de manejo; b) Contratação de consultores para a realização de pesquisas complementares e sistematização de informações complementares sobre o local; c) Diagnóstico da conservação local; d) Oficinas participativas e formação de conselhos; e) Propostas de zoneamento e programa de gestão; f) Ações de fiscalização e monitoramento da área. A realidade demonstra que a gestão das unidades ultrapassa as fronteiras das áreas demarcadas, considerando por vezes, a inexistência de estudos antecedentes e consulta prévia com a população tradicional, além dos investimentos públicos que deveriam ser alocados para este objetivo, e não se incide na prática. Embora, o surgimento e implantação de áreas protegidas vêm a demonstrar ações desempenhadas pela gestão pública e iniciativa da própria sociedade civil como um avanço em resguardar o meio ambiente.

### **3. MÉTODO DE PESQUISA**

Foi realizada uma investigação qualitativa caracterizada como uma pesquisa descritiva. Conforme Mattar (1993) a pesquisa descritiva é aquela que faz parte de um levantamento de opiniões e atitudes dos entrevistados (atores sociais). O trabalho foi realizado em duas fases complementares. A primeira, conduzida por um levantamento do acervo bibliográfico relacionado às unidades de conservação, uso público e desafios na gestão dessas unidades, identificando trabalhos que abordam o tema, incluindo observações coletadas na Biblioteca do Instituto Estadual de Floresta (IEF), sobre os planos de manejo dos parques estaduais selecionados para a segunda fase da investigação.

Na fase seguinte, realizou-se uma pesquisa em campo utilizando como instrumentos a observação direta, a aplicação de 224 questionários na comunidade do entorno e entrevista informal com funcionários e gestores. Os parques selecionados na amostragem foram de acordo com a regional a que pertencem: Regional Alto Jequitinhonha (Diamantina) - Parque Estadual Rio Preto; Regional Centro Norte (Sete Lagoas) - Parque Estadual do Sumidouro; Regional Centro Sul - Parque Estadual Rola-Moça e Parque Estadual Itacolomi; Regional Mata (Ubá) - Parque Estadual Ibitipoca ; Parque Estadual Serra do Brigadeiro; Regional Rio Doce (Governador Valadares) - Parque Estadual Rio Doce; Regional Sul - Parque Estadual Nova Baden.



### 3.1 COLETA DOS DADOS

Os dados foram conduzidos por uma amostragem não probabilística de acessibilidade, por meio de interação dialógica, roteiro de entrevistas semiestruturadas e aplicados aos gestores dos Parques, constando de 11 questões referentes essencialmente às adversidades na gestão das unidades de conservação, para identificar: as maiores dificuldades encontradas na gestão; as ações desempenhadas pelos gestores para solucionar os problemas existentes na organização; as sugestões dos gestores para solucionar os maiores problemas a gestão efetiva dos Parques.

Foram enviados aos trinta e oito (38) gestores, os roteiros de entrevistas semiestruturadas, correspondentes por listagem de e-mails institucionais, fornecida pela Gerencia de Unidades de Conservação de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas - IEF. As respostas foram obtidas por preenchimento destes roteiros, sob a responsabilidade de cada gestor com o apoio da Gerência de Projetos e Pesquisas do IEF.

Realizou-se para adicionar dados complementares, o uso da entrevista informal que, conforme Triviños (1997) caracteriza-se por um conjunto de perguntas ou questões definidas em um roteiro flexível em torno de um ou mais assuntos do interesse. A entrevista informal foi realizada com os próprios gestores e funcionários dos parques durante a visita em campo. O propósito foi descobrir outras possíveis dificuldades na gestão das UC não mencionadas durante o preenchimento do roteiro de entrevistas.

O trabalho constituiu-se pela observação direta realizada em pesquisa de campo para se adquirir com maior profundidade os dados necessários à análise da pesquisa. A grande vantagem desta técnica é poder comparar as informações recebidas das pessoas pesquisadas com a própria realidade. Conforme Yin (2003), as evidências observacionais, em geral, são úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado, contribuindo ao longo da visita de campo com determinadas evidências que nem sempre os questionários e roteiros de entrevistas fornecem.

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos dados realizou-se o cruzamento das respostas obtidas do roteiro de entrevistas associada à observação direta, para reforçar a percepção dos problemas das unidades de conservação, com as informações adquiridas na entrevista informal realizada com os funcionários e gestores do Instituto Estadual de Florestas - IEF. Os dados coletados pelo roteiro de entrevista foram exportados para a representação individual, com fins de elaboração da análise de conteúdo com apresentação de quadros e gráficos pelos programas Word e Excel para identificar os resultados.

A análise foi finalizada pelo modelo SWOT, cuja estrutura é utilizada para perpetrar análise de cenário (ou análise de ambiente) na gestão de uma organização de qualquer natureza, devido à simplicidade do seu uso (LINDON et al, 2004). A matriz SWOT é formada por um cruzamento de cenários para identificar, como realizar os objetivos mais estratégicos por observância das falhas recorrentes nas ações dos gestores dos parques.

Estes cenários se separam em quatro pontos fundamentais:

- Internos – Situações influenciadas pela organização.
- Forças – Elementos da organização considerados vantajosos.
- Fraquezas – Inconformidades, pontos que devem ser melhorados na organização.
- Externos – Situações contingenciais, ou seja, elementos provocados pelos meios externos em que a organização não tem domínio ou controle.

De acordo com a análise a partir da matriz SWOT, não foi estabelecido peso para diferenciar as adversidades encontradas nos parques estaduais. Foram considerados todos os elementos investigados como prioridade para compreensão dos resultados.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Gerir unidades de conservação e desenvolver processos gerenciais em formato dinâmico composto por organismos vivos – fauna, flora e meio antrópico, os quais se interagem a todo o momento, configura-se, neste caso, elevada posição de complexidade. O conhecimento, conformidades e integração no gerenciamento das atividades são indispensáveis para atingir resultados satisfatórios.

É elucidativo o conceito de cultura (o acumular do conhecimento transmitido) expresso por Geertz (1973), conforme o qual, os homens estabelecem reproduções cognitivas, panorama sinóptico mental em direcionamento de suas ações. As reproduções são meios pelos quais os homens reinventam os mundos dos seus antepassados, apesar da diversidade do fluxo da vida social, ou seja, aplicação do conhecimento desde a contraposição entre o saber tradicional e a ciência utilizada para a conservação das áreas protegidas. Muito a enveredar pelo conhecimento tradicional as técnicas de manejo que sejam reconhecidas à gerência dos recursos naturais.

Com a reflexão do conhecimento voltado às medidas necessárias na gestão das unidades de conservação, a pretensão de observar a interação entre os atores sociais no processo da gestão pública, visa contribuir no manejo das unidades de conservação, em que o estudo identificou as

adversidades decorrentes destas interações em parques estaduais mineiros. Constatou-se em pesquisa, que os problemas ambientais são numerosos, recorrentes e com graves impactos negativos às unidades de conservação, haja vista que os obstáculos arrostados pela gestão pública são decorrentes da inófia em controle efetivo e medidas mitigadoras para a efetividade no processo gerencial. São destacadas a seguir por tema no Gráfico 1.

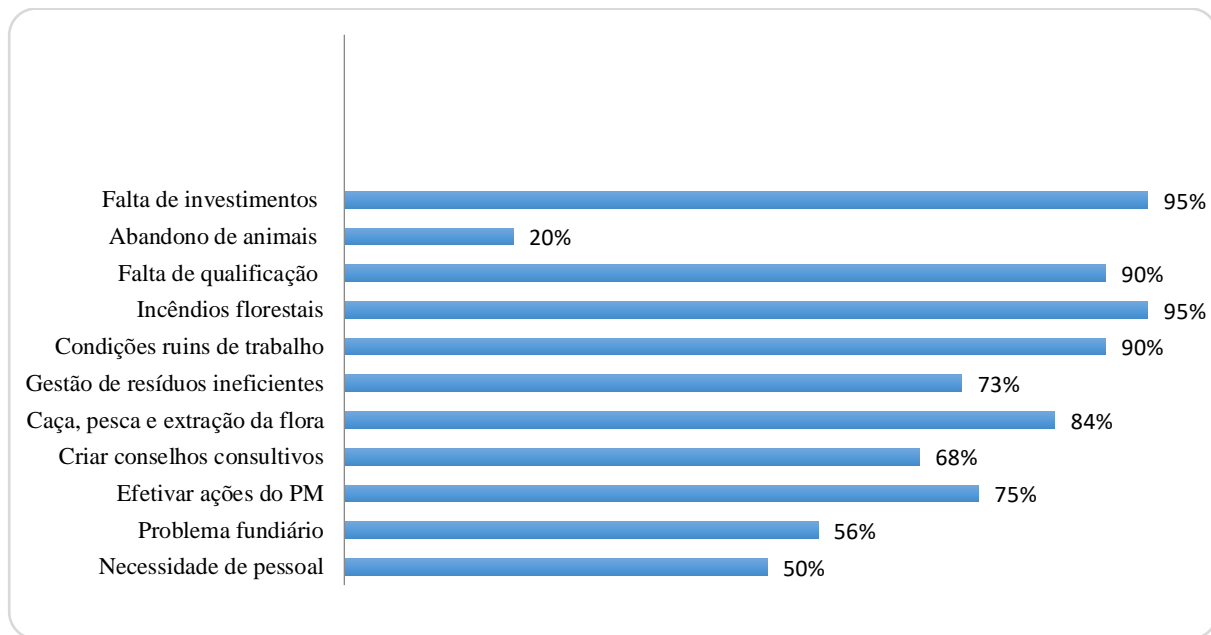


Gráfico 1. Adversidades na Percepção dos Atores Sociais dos Parques Estaduais em Minas Gerais (2013-2016).

Os desafios da gestão pública identificados na estrutura dos parques conforme o gráfico 1 apresentado são por ordem diversos e complexos. Os gestores dos parques dependem de condicionantes elementares para atingirem a resolução de seus problemas, incluindo recursos financeiros quase sempre escassos em suas atividades. A gestão dos parques tem por órgão responsável, o Instituto Estadual de Florestas, sendo os parques administrados diretamente pelos seus gestores por direção do plano de manejo, com a finalidade de aperfeiçoar os processos gerenciais e a manutenção do controle adequado à unidade de conservação correspondente.

O resultado apontou que uma das lacunas consiste na proteção dos recursos naturais, visto como, a inoperância em parte, da concreta fiscalização da área em sua totalidade das unidades de conservação, principalmente, os parques com maior extensão territorial, o que sobrepõem às adversidades maiores em sua área de alcance, e, portanto, o controle não atinge satisfatoriamente às indigências. Entre os parques identificados, sobressaem-se o Parque Estadual Serra do Brigadeiro, o Parque Estadual Rio Doce, o Parque Estadual Rola-Moça e o Parque Estadual Itacolomi.

As unidades de conservação estão geralmente expostas, sobretudo, as questões fundiárias com a prática da desocupação local, que por vezes, ocorrem de forma hostil entre as comunidades tradicionais e os gestores dos parques, por se tratar de interesses distintos e condicionantes históricos somados aos afetivos, estabelecidos entre comunidades tradicionais ao longo dos anos. O sentimento repousa em injustiça e expulsão, amparado pela herança cultural no uso dos recursos ambientais destinados a proteção, já que anteriormente, eram absorvidos pelos moradores locais, sem interdições ou legislações que privassem seus acessos, ou incidir no uso do espaço natural genuinamente realizado como antes, por conhecimento tradicional.

A partir do estabelecimento dos planos de manejo oriundos da gestão do Instituto Estadual de Florestas em Minas Gerais - IEF por meio de representação de seus gestores, com efeito, os conflitos gerados têm sido amenizados por negociações da desocupação do território, apesar de persistirem casos pontuais, conforme o quadro apresenta em percentual de 56% dos parques, por falta de alinhamento em objetivos. A pesquisa identificou outro infortúnio em alguns parques, a exemplo, ocorrências graves como invasão em área protegida, apresentando estrutura de acampamento em local proibido pelo percurso da trilha do Pico do Itacolomi. Até o mês de junho de 2012 a julho de 2013, durante a visita em campo, a situação permanecia, apesar dos esforços gerenciais, ainda mantém-se.

No tocante a exploração dos recursos naturais nestas áreas, há indicação de exploração de topázio, com formação de minas em estrutura modesta para exploração, e assim sendo, garimpeiros vagantes aparecem para explorar o local. A área mais visualizada para atender este tipo de comércio, situa-se na zona de amortecimento, alvo da atividade, prática que desrespeita a legislação ambiental, mantida clandestinamente e não há registros ou documentos sobre a matéria.

Sobressai também na questão fundiária, o Parque Rola-Moça, por localizar-se em contexto urbano entre as cidades de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité e Brumadinho, conforme informações obtidas no Plano de Manejo. Os residentes permanecem em maior parte, não desejam retirar-se da área, uma vez que possuem vínculo afetivo, dispendo da infraestrutura oferecida como portaria, vigilância, água e demais recursos gratuitamente. Um dos funcionários da portaria em entrevista compendiou o sentimento das pessoas residentes: “Para quê eles vão sair daqui se moram como se fosse a condomínio fechado? Eles usam tudo e têm como presente a vista da natureza?”.

Para se conceber o grau de ocupação no interior desta unidade, uma estrada foi construída pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por meio do Projeto de Lei nº 440/2011, que estabeleceu, no artigo 1º, a criação da “estrada-parque Caminhos do Sertão, localizada no interior do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, abrangendo os Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Ibirité e Nova Lima.” O intuito é facilitar o transporte e interligar outras localidades

ou municípios, embora o Instituto Estadual de Florestas (IEF) tenha sido designado pela mesma lei, como responsável pela definição de normas de uso da estrada-parque com a função de proteger a fauna e a flora local e promover a manutenção das nascentes do Parque e a segurança dos usuários da estrada-parque.

De acordo com dados levantados junto aos técnicos do próprio IEF, o órgão encontra muitas dificuldades em gerir o controle do espaço. Essa dificuldade decorre, principalmente, da falta de equipamentos e materiais para monitoramento, da falta de policiamento local e do intenso tráfego com seus consequentes impactos negativos as espécies circundantes do local. Por conseguinte, verifica-se a inviabilidade da permanência desta rodovia no parque devido à forma de intervenção que causa ao meio ambiente. Outro caso singular no mesmo parque é a existência de indústria de minérios instalada no local em condição ativa, dado que foi confirmado em visita de campo e pelo plano de manejo da própria unidade de conservação. Os resultados demonstram que ocorrem poluição e extração de recursos minerais, comprometendo assim, a biodiversidade local.

A importante ferramenta em casos que apresentam problemas mais específicos, o plano de manejo serve de orientação para o exercício de ações destinadas à gestão das unidades de conservação, tendo por finalidade a garantia da sobrevivência de variadas formas de vida em estado selvagem (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, 2000). Na pesquisa, os dados demonstraram que dos parques abertos à visitação (oito no total), todos expõem o plano de manejo; as ações orientadas pelo mesmo. Em relação aos parques não abertos à visitação, o plano de manejo se encontra em fase de elaboração, logo, o controle é escasso por falta de dados necessários para fiscalização, ocasionando lentidão nos procedimentos gerenciais.

Neste sentido, os maiores obstáculos apontados pelos gestores e funcionários por meio de interação dialógica em campo, são: a falta de qualificação profissional ou de contratação de pessoal especializado, as dificuldades de controle territorial e a necessidade de ampliar investimentos em materiais e equipamentos que possam efetivar as ações esboçadas. O caminho indica a criação de conselhos consultivos e deliberativos, perante a exigência da Lei n. 9985/2000 do SNUC, sancionada para atender a gestão compartilhada nas unidades de conservação. Essa lei foi regulamentada em 2002 com o Decreto n. 4340/02, o qual definiu a composição e a competência do conselho e órgão gestor.

Os benefícios decorrentes de sua implantação consistem em aumentos significativos entre o diálogo do gestor com as comunidades do entorno, aumento da governança e do apoio político e ampliação do conhecimento sobre a região e do orçamento destinado às mesmas, embora alguns registros demonstrem que nem sempre se harmonizam com a proposta inicial. Dos parques abertos

à visitação, alguns apresentam conselhos, todavia, observa-se a necessidade de ampliar a mobilização da comunidade para uma proposta de gestão participativa na gestão dos parques.

A prevenção, sem dúvida, é a melhor política à orientação gerencial das unidades de conservação, infelizmente, nem sempre é possível atingir tal fim. Os recursos financeiros repassados não atendem o orçamento esboçado pelos gestores. Segundo relatos dos próprios, a criatividade e formação de parcerias junto às comunidades de entorno têm suprido parte da manutenção dos parques, especialmente, no combate a caça, a pesca e a extração predatórias nas unidades de conservação.

De acordo com os dados obtidos, a maior parte destes parques, assenta no aspecto cultural quanto à utilização dos recursos para lazer ou sobrevivência familiar, associadas às dificuldades de monitoramento pela extensão territorial. Com exceção, o Parque Estadual do Rio Doce, que permitiu a prática de pesca aos turistas e comunidade como lazer e entretenimento, cuja razão advém ao extermínio da espécie exótica, o peixe popular, piranha (*Serrasalmus*, *Pristobrycon*, *Pygocentrus* e *Pygopristis*), um peixe predador que possui uma das mordidas mais fortes encontradas nos [peixes ósseos](#).

As espécies são consideradas agressivas e foram introduzidas involuntariamente por criatórios de fazendeiros da região com fins de comércio. Nas cheias transitórias da Bacia do Rio Doce, algumas lagoas devido ao grande volume de água das chuvas, transbordam unindo-se umas às outras, favorecendo, com isso, a afluência entre as espécies, suprimindo as espécies nativas (ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS, 2012). A permissão para a pesca tem se apresentado como solução para a redução das espécies exóticas e a conservação das espécies nativas.

Com o descortinar do turismo, os efeitos negativos aparecem contra a natureza, especialmente, quando a prática surge sem planejamento turístico associado ao trabalho de interpretação e educação ambientais. Como decorrência, tem-se o problema do lixo produzido que arremessado ao solo, atraem os animais silvestres em pelo cheiro dos dejetos. Isso, aliado a oferta de alimento aos animais pelos visitantes, acaba por modificar o hábito alimentar das espécies, que partem em obstinação pela busca de diferentes alimentos. Devido à ingestão sucessiva dessa alimentação, “esse hábito desacostuma os animais silvestres a exercerem suas habilidades para conseguir o alimento por não exigir esforço e ser um alimento inadequado gerando o desbalanceamento em seu metabolismo”, explica a bióloga Lídia Alvim do Parque Estadual Serra do Brigadeiro.

Continua a bióloga em seu relato, que esta alimentação tem como resultado, de forma generalizada, sobrepeso nos animais o que pode levar à identificação e ao isolamento do seu grupo familiar, por dores nos dentes além de outras complicações orgânicas, tornando-se inativos e podendo chegar ao óbito.

O lixo é um aspecto preocupante ocupando um dos primeiros lugares como adversidades em parques (75%), por comprometer a qualidade ambiental e a manutenção da flora e fauna local. Identificou-se também, que as comunidades do entorno são, na maioria de baixa e média renda e, geralmente, não fazem uso de fossas sépticas, como resultado, os resíduos orgânicos produzidos não são tratados no entorno da área, o que vem a originar impactos negativos severos no solo e nas nascentes. Eventos verificados em casos similares nos parques estaduais Itacolomi, Rola-Moça e Rio Doce, este último, especificamente, com uma área designada a camping, pesca e lazer, cujo objetivo é promover o conhecimento da biodiversidade local, integrando turistas, visitantes e as comunidades do entorno com relação à riqueza natural.

Os parques apresentam outras dificuldades generalizadas, tais como: comunicação por telefonia móvel e acesso à internet, falta de segurança para os guardas florestais e porteiros, falta de materiais e equipamentos, a inexistência de atendimento ambulatorial para funcionários e visitantes em casos emergenciais e necessidade de contratação de pessoal; o número em maioria dos parques ainda é insuficiente perante a demanda de atividades exigidas.

Outra exterioridade identificada no estudo, considerado de alta gravidade diz respeito à susceptibilidade dos parques aos incêndios florestais. Os períodos mais alarmantes para as unidades de conservação decorrem entre os meses de julho, agosto e setembro, com a elevação de temperatura, o que contribui para a combustão. A incidência de incêndios provocados por pessoas se torna cada vez maior, geralmente causada por ações criminosas que comprometem de maneira devastadora, a biodiversidade.

Muitas unidades de conservação não mantêm estes registros ou não fornecem dados registrados para se determinar um diagnóstico amplo relacionado ao perfil dos incêndios florestais no território brasileiro (SOARES & SANTOS, 2002). Entretanto, todos os esforços por parte dos funcionários são realizados, sem contar que os mesmos se arriscam pelo meio ambiental em casos de incêndios, são treinados pelo corpo de bombeiros da localidade em cursos de brigada contra incêndios com o objetivo de trocar experiências e preparar estes profissionais para uma eventualidade.

No contexto, outras dificuldades relacionadas pelos funcionários são relativas à qualificação profissional, como curso de idiomas para atender à demanda de turistas estrangeiros. De acordo com os entrevistados, a maior parte deseja ampliar a sua qualificação, cuja oferta seja oferecida pelo

IEF, nas áreas de atendimento a clientes, idiomas como o inglês e o espanhol, orientação do plano de manejo. Identificou-se com exclusividade, um caso na pesquisa de campo, o Parque Estadual Nova Baden, por dispor de monitoria habilitada e juramentada para desempenhar esta função. Acrescentam a necessidade de introdução de novos cursos para apoio às atividades diárias, como: resgate de acidentes em trilhas e cavernas, prestação de primeiros socorros e estudos de fauna e flora.

Seguindo o gráfico, dentre as adversidades recorrentes, o abandono de animais é prática frequente em alguns parques mineiros. Constatou-se que incide o abandono de animais domésticos (20%) nas imediações das unidades de conservação, e, portanto, os funcionários e gestores não têm registro em volume, embora informem que os animais abandonados são domésticos e quando encontrados, são encaminhados aos abrigos dos municípios do entorno mais próximos para adoção dos parques visitados, podendo ser maior.

Na ausência de investimentos públicos, para a integridade do sistema ecológico, a pesquisa revelou percentual elevado (95%) de gestores que criticam recursos escassos para concretizar ações com maiores resultados no desempenho da sua gestão, sem contar, a “lentidão burocrática” do IEF para deliberar necessidades gerenciais realizadas; falta de recursos financeiros, humanos e materiais para suprir as necessidades de gestão e a falta de parcerias com a iniciativa privada. As medidas adotadas pelos gestores para minimizar este problema são apresentadas no Gráfico 1.

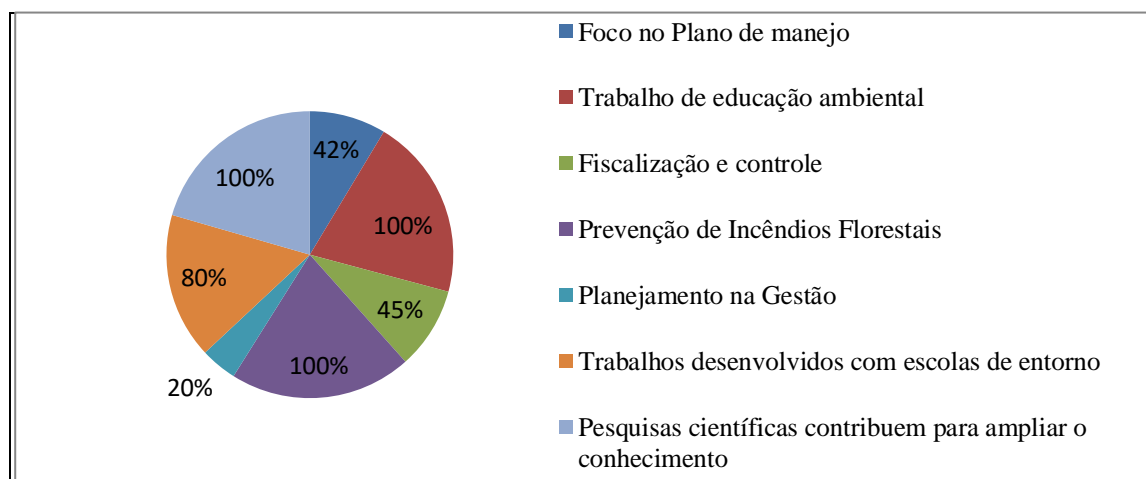


Gráfico 1. Percentual (%) de parques estaduais que adotam medidas de sustentabilidade ecológica (2013).



Os resultados demonstram que o planejamento na gestão (20%) dos parques, a função é pouco desenvolvida pelos gestores. A pesquisa em campo confirmou que, na realidade, o percentual é ainda menor. Dados apontam que os gestores mantêm o foco no Plano de Manejo para reduzir os impactos negativos ambientais, somados aos procedimentos de fiscalização e controle com (45%) dos gestores que concentram atenção a estas atividades, considerando um dos principais gargalos nas unidades de conservação. Os resultados da análise de SWOT estão apresentados no Quadro 1.

Gestão	Oportunidades	Ameaças
<b>Forças</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Funcionários comprometidos e motivados.</li> <li>2. Conselhos consolidados e outros, em formação.</li> <li>3. UC que estimula participação e trabalhos junto à comunidade.</li> <li>4. Participação de visitas de escolas e universidades.</li> <li>5. Momento atual de conscientização ambiental em âmbito global.</li> <li>6. Formação de ONGs e associações.</li> <li>7. Recursos internacionais voltados para áreas protegidas.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atividades econômicas em expansão.</li> <li>2. Falta de apoio político.</li> <li>3. Falta de segurança aos funcionários.</li> <li>4. Incêndios florestais.</li> <li>5. Caça e extrativismo.</li> <li>6. Falta de policiamento ambiental.</li> <li>7. Estrutura organizacional do IEF extensa, devendo ser mais enxuta.</li> <li>8. Não cumprimento da legislação ambiental.</li> </ol>
<b>Fraquezas</b>	<p><b>Debilidades</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Falta de capacidade de mobilização da comunidade.</li> <li>2. Capacitação de funcionários – necessidade de ampliar conhecimentos em idiomas, conhecimento do meio natural, atendimento, turismo, etc.</li> <li>3. Gestão autocrática (em alguns parques).</li> <li>4. Maior parte dos gestores dos parques sem conhecimento em administração.</li> <li>5. Falta de flexibilidade na gestão.</li> <li>6. Burocracia do IEF.</li> <li>7. Falta de disponibilidade financeira.</li> <li>8. Falta de recursos humanos e materiais.</li> </ol>	<p><b>Vulnerabilidade</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Baixo poder aquisitivo da comunidade de entorno.</li> <li>2. Má distribuição de renda, afetando problemas sociais e econômicos.</li> <li>3. Participação da comunidade de entorno deficitária.</li> <li>4. Impactos negativos nas áreas protegidas.</li> <li>5. Dificuldade na implantação de nova gestão: reação a mudanças.</li> <li>6. Falta de sustentabilidade econômica para as UC – necessidade de criar meios financeiros próprios.</li> </ol>

Quadro 1. Matriz SWOT das unidades de conservação (parques estaduais em MG)

Fonte: Elaborada pelos autores, dados de pesquisa em campo (2013-2016).

Destarte, os princípios almejados pelas unidades de conservação foram adaptados à realidade pesquisada, com a finalidade de minimizar as adversidades identificadas anteriormente, recomendando-se ações adaptadas aos princípios das UC, conforme o Quadro 2.

Princípios das unidades de conservação	Finalidade dos princípios - sugestões
<b>Interpretação ambiental</b>	É a forma de representar à linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre homem e a natureza, para que possam compreender e valorizar o ambiente natural e a cultural local – <b>Recomendação:</b> Neste aspecto, o gestor deve se aproximar da comunidade, da iniciativa privada e de turistas e estimular trabalhos de participação, como trabalhos voluntários junto à sua gestão e fornecer conhecimento sobre a UC.
<b>Educação ambiental</b>	Incentivar o interesse da sociedade e visitantes das UCs para criar uma consciência social que sirva de proteção ao patrimônio social e cultural. <b>Recomendação:</b> Manter e ampliar trabalhos com escolas, estimular o apoio das universidades, associações, ONGs e demais instituições, para promover eficientemente a educação ambiental, a conscientização e a mobilização de forma mais intensiva. Formatar a criação de workshops semestralmente, aproveitando as sugestões dos demais atores sociais. Reavaliar as ações e modificá-las, quando as mesmas não atenderem aos resultados esperados. Neste caso, consultar o conselho e buscar novas medidas mitigadoras.
<b>Turismo</b>	Promover a visitação do público externo (turistas) com a finalidade de motivar o contato com a natureza, procurando elevar o conhecimento dos bens naturais e incentivar a preservação do patrimônio natural existente. <b>Recomendação:</b> Desenvolver atividades lúdicas, fazer uso da mídia e das redes sociais para despertar o respeito à natureza e o processo de conhecimento, valorização e conservação.
<b>Pesquisas Científicas</b>	É o incentivo a estudos voltados para o conhecimento das comunidades faunísticas e florísticas, e avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da visitação às unidades de conservação. <b>Recomendação:</b> promover convênios e estabelecer parcerias com os resultados das pesquisas.

Quadro 2. Princípios das unidades de conservação, 2013.  
Fonte: Adaptado de Moreira (2008).

## 5 CONCLUSÕES

Este estudo é dividido em quatro partes, sendo: uma introdutória; outra relacionada a fundamentação em que consistiu o estudo sobre as unidades de conservação e gestão pública ligando as adversidades nas unidades de conservação, a terceira aponta a metodologia desenvolvida na pesquisa e na quarta etapa discorre por meio da análise dos resultados sobre a interação entre os atores sociais e a atuação da gestão pública em unidades de conservação em que às recomendações seguem referentes ao tema dos desafios da gestão pública, cerne do estudo. Observou-se na análise bibliográfica empreendida que as unidades de conservação apresentam por orientação da gestão pública, o plano de manejo, sobretudo, o reforço da legislação ambiental para atender dos níveis

operacionais aos mais estratégicos na gestão dos parques. Entretanto, as adversidades encontradas demonstram complexidade, embora sejam solucionáveis, para tanto é recomendável algumas medidas conservacionistas, principalmente preventivas, para efetivar como instrumento, o uso das políticas ambientais por meio de um planejamento exequível.

As questões relativas ao impedimento de ações gerenciais mais eficazes no controle das áreas preservadas referem-se à condição do gestor desenvolver o trabalho com escassez de recursos financeiros, os quais são repassados pelo Estado, o que inviabiliza o atendimento em curto prazo para dar cumprimento a todas as atividades inerentes às unidades de conservação. Por outro lado, é preciso melhorar os processos administrativos com participação dos atores sociais, pessoas envolvidas com a área, uma vez que usufruem do espaço e da responsabilidade com o meio ambiente.

A forma deve se adequar por meio de envolvimento em conjunto, o que contribuirá significativamente para desenvolver mecanismos administrativos mais efetivos quanto à resolução dos problemas. De outra forma, as adversidades identificadas permanecem além da exclusão da comunidade em compartilhar de uma gestão participativa. Por fim, persistirá a ameaça ao ecossistema, somada aos problemas sociais se a estrutura administrativa permanecer em moldes antigos e com lentidão em seus procedimentos para a organização. É preciso um trabalho integrado, conscientizando e mobilizando as comunidades do entorno, buscando parcerias da iniciativa privada para possibilitar uma gestão mais consistente, flexível e participativa.

## REFERÊNCIAS

ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS, **Impacto Ambiental relevante na Bacia do Rio**

**Doce em Minas Gerais**. Universidade Federal de Viçosa – UFV. Disponível em:

<[http://www.atlasdasaguas.ufv.br/doce/impacto\\_ambiental\\_relevante\\_na\\_bacia\\_do\\_rio\\_doce\\_em\\_minas\\_gerais.html](http://www.atlasdasaguas.ufv.br/doce/impacto_ambiental_relevante_na_bacia_do_rio_doce_em_minas_gerais.html)>. Acessado em 02/out. 2012.

BENNETT, C. F. **Conservation and management of natural resources in the United States**.

New York: J. Wiley, 1983.

BRASIL, 2006. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm)> Acessado em 20. Dez. 2012.

BRASIL. **Lei n. 9985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm)>. Acessado em 07/07/2012.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 65 p

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em **Perspectiva**, vol. 6, n. 1-2. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

FARIA, H. H. Avaliação da efetividade do manejo de unidades de conservação: como proceder? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, 1997. p. 478-499.

FONSECA, Mônica; LAMAS, Ivana; KASECKER, Thais. **O Papel das Unidades de Conservação. In: Brasil- Maior Biodiversidade do Mundo**. Scientific American Brasil. Ed. especial n° 39, 2010.

FONSECA, G. A. B.; PINTO, L. P.; RYLANDS, A. B. **Biodiversidade e unidades de conservação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS, 1., 1997, Curitiba. Anais... Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, 1997.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. p. 193-208. **Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça**. In: Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2, 2000, Campo Grande: Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, v. 1, p. 11-25.

GEERTZ, C. 1992 **The growth of culture and evolution of mind**. In: SCHER, J. (ed.) Theories of Mind. Gencloe, Free Press, 713-740

HOOPE, R.; GRAAF, V. H.; DIJK, V. A. **Implementation as design problem: problem tractability, policy theory and feasibility testing**. Paris: IPSA, 1985.

ICMBio – **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/> . Acessado em 18/12/2012.

LINDON Denis; LENDREVIE Jacques; LÉVY Joaquim; DIONÍSIO Pedro., RODRIGUES Joaquim. **Mercator XXI: Teoria e prática do Marketing**, 10.<sup>a</sup> edição, Lisboa: Dom Quixote, 2004.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. São Paulo: Atlas, 1993.

MILLER, Kenton R. **Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI.** In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Vol. 1: 3-21. 1997.

MOREIRA, Jasmine Cardoso. **Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação: Atividades Interpretativas, Educativas e Geoturísticas.** Tese de doutorado aprovada pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2008.

OLIVEIRA, L. C. A. **The interaction between park management and the activities of local people around National Parks in Minas Gerais, Brazil.** 1999. 121 p. Thesis (Ph.D. in Geography) - University of Edinburg, Edinburgh, 1999.

PÁDUA, J. A. **Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil.** In: \_\_\_\_\_. *Ecologia e política no Brasil, espaço e tempo.* Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987

PÁDUA, M. T. J. **Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo.** In: MILANO, M. S. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

PHILIPPI JUNIOR, A.; MAGLIO, I. C. **Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos.** In: PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONE, M. C. F. (Ed.). *Educação ambiental e sustentabilidade.* Barueri: Manole, 2005. cap. 9. (Coleção Ambiental, 3)

Projeto de lei Nº 440/2011. **Regulamentação.** A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta a criação da estrada-parque Caminhos do Sertão, localizada no interior do Parque Estadual da Serra do Rola- Moça, abrangendo os Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Ibirité e Nova Lima. Disponível em: <<http://ws.mp.mg.gov.br/biblio/informa/040314579.htm>>. Acessado em 04/07/2012.

SILVERWOOD-COPE, K. de O. **Revolução recente da Política Ambiental no Brasil: uma análise a partir do plano plurianual**. 2005. 323 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SANTOS J. F.; SOARES, R. V.; BATISTA, A. C. Perfil dos incêndios florestais no Brasil em áreas protegidas no período de 1998 a 2002. **FLORESTA**, Curitiba, PR, v. 36, n. 1, jan./abr. 2006.  
Santos,

SWOT analysis. Disponível em: <[http://www.mindtools.com/pages/article/newTMC\\_05.htm](http://www.mindtools.com/pages/article/newTMC_05.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

TEIXEIRA, F. P. **Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em parques nacionais**. 2010. 231 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: ATLAS, 1997.

VALLEJO, L. R. **Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas**. *Geographia*, Niteroi, v. 8, p. 77-106, jan./jun. 2003.

VIANNA JÚNIOR, A. **Políticas públicas em biodiversidade**. In: SEMINÁRIO POPULAÇÕES, TERRITÓRIOS E RECURSOS NATURAIS, 1., 1994, Brasília. Anais... Brasília: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.